



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia doze de julho de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Secretário determinou a leitura das Atas das Reuniões Ordinárias dos dias vinte e um de junho, e cinco de julho de dois mil e onze. Em votação, ambas foram aprovadas. Em seguida, o Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências: 1) Do Poder Executivo – Ofício nº 139 que solicita a realização de sessões extraordinárias visando à aprovação das Mensagens de nº 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20/2011; 2) Ofício DG-1.299/11 do DER. O vereador Luciano Vitor Gomes ressaltou que de acordo com este ofício, daqui a dois dias o DER começa a mexer no problema da cratera. Solicitou à Assessoria Parlamentar que faça um contato com o Senhor que assina o documento e diga da satisfação pelo início da obra na sexta-feira próxima. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.165/2011, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a desafetação dos imóveis que especifica, autoriza a sua doação onerosa à empresa Aliar Aircrane Serviço Aéreo Ltda. e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Ofício nº 140 do Poder Executivo que solicita a realização de sessões extraordinárias visando à aprovação da Mensagem nº 24/2011;



2) Projeto de Lei nº 1.166/2011, autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Cultural Afro-Brasileira - ACAB. Retirado de pauta pelo autor. O vereador Cássio Magnani Júnior falou do projeto referente à desafetação e doação de uma área de trezentos e cinqüenta mil metros quadrados no Alphaville que representa quarenta e cinco milhões de reais, com uma contrapartida de quarenta por cento em obras. Afirmou que a proposição chegou agora às mãos deles e trata-se de uma operação muito elevada para votarem a toque de caixa em período extraordinário, assim, acha que devem deixar para agosto. Solicitou que este projeto especificamente não fosse apreciado nas reuniões extraordinárias porque é um volume elevado de recursos, uma área institucional valiosa e merece, por prudência, uma apreciação mais cautelosa. O Senhor Presidente lembrou que o projeto chegou em termos de urgência e foi confeccionado conforme TAC com o Ministério Público. Falou que o vereador Cássio tem algumas razões e informou que o Plenário decidiria. O vereador Cássio esclareceu que o TAC não diz respeito a esta doação específica e sim a todas doações genericamente. Afirmou que estão aproveitando uma disposição constante no TAC para fazer uma operação de doação com uma volta de quarenta por cento em obras, o que merece um estudo melhor para ver se o interesse público está devidamente atendido. O vereador Luciano Vitor Gomes disse que, por ser uma matéria que o prefeito pede urgência, o mínimo que podem fazer é ter a delicadeza de até sexta-feira debruçarem sobre o projeto, pedirem orientações à assessoria e ao Executivo. Esclareceu que não vê a necessidade de retirar a proposição, considera prudente e delicado fazerem pelo menos a leitura e discussão nas reuniões internas. O vereador Cássio explicou que não houve nenhum pedido de retirada de



projeto, houve uma solicitação para que o projeto tivesse uma tramitação normal e não extraordinária. O vereador Luciano Vitor Gomes retificou sua fala. Afirmou que mantém a posição de que a Casa faça pelo menos a leitura do projeto nos gabinetes com a assessoria e, caso os vereadores constatem a impossibilidade técnica e política de votar, deixem para agosto; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2011, que “Fixa o número de vereadores para a Legislatura 2013/2016”. O Plenário dispensou pareceres e interstícios para a votação da proposição. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.129/2010, que “Dispõe sobre o Recadastramento Mobiliário Municipal de Contribuintes, pessoas físicas e jurídicas estabelecidos no Município de Nova Lima, e dá outras providências” e a Emenda Modificativa ao respectivo Projeto. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas e de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.153/2011, que “Revoga o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.941/2006, eleva a Unidade Administrativa Controladoria Geral do Município ao status de Secretaria Municipal, além de dar outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.147/2011, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2012 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário dispensou interstícios para a votação da proposição. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.147/2011, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária



do exercício de 2012 e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura das emendas aditivas: 1) De autoria do vereador Cássio Magnani Júnior para fazer incluir no Anexo II o seguinte item projeto/atividade: “Criação de novos programas habitacionais, assegurando verba específica para aquisição de terrenos e construção de moradias de interesse social, destinadas exclusivamente à diminuição do déficit habitacional do município”. Em discussão, o vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o vereador Cássio pela iniciativa digna de aplauso. Declarou que sabem do déficit habitacional em Nova Lima e a emenda abre um caminho importante para que as políticas públicas de habitação evoluam ainda mais no município. Em votação, aprovada por 09 votos; 2) De autoria da Mesa Diretora: “Acrescente à redação do Anexo II – Das Metas Fiscais no rol de Ações Prioritárias para 2012. IV – Gestão democrática e participativa... IV.11.4 – Implantação da TV Câmara”. Em votação, aprovada por 09 votos. O Senhor Presidente colocou o projeto em discussão. O vereador Cássio Magnani Júnior enfatizou e justificou a emenda que propôs. Disse que a questão habitacional, um dos principais anseios e necessidades da população, ainda permanece em segundo plano nesses dois mandatos de governo. Registrou: “os monopólios das grandes mineradoras continuam prevalecendo, o Poder Executivo não faz nenhuma desapropriação ou aquisição de terras para as habitações sociais, se limita a firmar convênios através dos poderes públicos, seja a Cohab, seja o governo federal, sendo que o município tem recursos suficientes para ter um programa habitacional próprio. As minerações, principalmente a AngloGold continua no município se enriquecendo, tirando recursos, se valendo das nossas riquezas sem deixar uma função social consistente. Temos batido nisso reiteradamente nesta Casa, o correto seria que de todo



este monopólio de terras fosse dado um mínimo para a função social. A AngloGold, ao contrário, deixou de ser mineração, empresa que veio para o município com autorização de lavra do subsolo, virou uma imobiliária vendendo a superfície, ela que tanto explorou o subsolo e o trabalhador da cidade, agora vende a superfície a altos valores para inúmeras pessoas de fora; estamos atendendo demanda habitacional de Belo Horizonte reiteradamente. Não temos programas que atendam à demanda habitacional da população mais carente. Hoje, Nova Lima tem uma carência habitacional em todos os níveis sociais e, infelizmente, o poder público permanece abanando a cabeça para os dois grandes monopólios de terra. Não tivemos uma área desapropriada para fins de habitação durante todos esses seis anos e meio de governo, nem um metro quadrado de área desapropriada para fins de habitação, nem um programa implantado pelo município em prol da população, numa cidade que tem recursos e uma arrecadação como a nossa. O município tem uma demanda habitacional tamanha que permanecemos construindo no fundo da casa de nossos pais porque não tem oferta de terreno, se constrói casinhas pequenas que não tem sequer um lote para expandir, não há dignidade de propriedade. E os programas que o município poderia implantar, exigindo da AngloGold e da Vale uma contrapartida social de terrenos para serem doados às pessoas carentes ou vendidos num plano social às demais camadas da sociedade. O município está de braços cruzados, continuamos com o problema habitacional e o poder público, infelizmente, servindo aos dois monopólios sem nenhum tipo de atividade social na área de habitação”. Ressaltou que a intenção da emenda é incluir programas habitacionais no novo orçamento visando sanar o déficit habitacional e solicitar que, pelo menos neste último ano, seja destinada uma verba específica para um plano habitacional próprio. O Senhor Presidente destacou



que o vereador Cássio foi muito feliz na emenda porque sabe que a área habitacional no município é carente demais; parabenizou-o. O vereador Luciano Vitor Gomes relatou que é a favor da emenda do vereador Cássio. Afirmou que há de se fazer justiça ao vereador Ronaldo Gonçalves Marques que, enquanto prefeito, desenvolveu um grande trabalho de política habitacional e, sem dúvida, foi nos últimos anos o prefeito que mais investiu em habitação. Declarou que acredita que a emenda do vereador Cássio vem complementar e reforçar a vontade que o governo atual tem com as causas sociais. Saliu que Carlinhos tem se demonstrado muito sensível às pessoas de baixa renda e ainda neste governo terão uma política habitacional mais eficaz. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques parabenizou o vereador Cássio pela importante emenda que visa fazer justiça à uma camada da sociedade que sofre com a alta demanda habitacional. Agradeceu de coração o vereador Luck pelo reconhecimento, disse que não é a primeira vez que ele se manifesta em favor daquele governo social que ocorreu de 93 a 96. Declarou que se sente muito feliz, dorme em paz todas as noites, sem nada para o atordoar, tem a consciência tranquila porque investiram muito, fizeram um governo muito bom, voltado para o social, não só na área habitacional, não obstante a queda de receita no último um ano e meio. O vereador Ailton Soares Amaral parabenizou o vereador Cássio pela emenda e enfatizou que a falta de moradia é uma das maiores causas das invasões. Sugeriu que a prefeitura utilizasse parte da verba para regularizar os imóveis invadidos no Bairro Nossa Senhora de Fátima, atendendo à população de baixa renda. O vereador Renato Faria Silva recordou que a outra emenda possibilita a implantação da TV Câmara em Nova Lima. Contou que as câmaras municipais de cidades de médio e grande porte possuem a TV Pública Municipal, citou como exemplo



Itabirito, Ouro Preto, Betim e Contagem. Relatou que, quando foi assessor durante os primeiros quatro anos do governo Carlinhos, sempre lutou pela instituição da TV Pública Municipal. Relatou que agora, enquanto colaborador da Casa, conversando com os colegas da Mesa Diretora, viram a necessidade de a Câmara chegar mais perto do povo para que as pessoas saibam, dentro de casa, o que se passa no Legislativo e qual é o comportamento e o trabalho de cada vereador. Em primeira votação, projeto aprovado por 09 votos. Em segunda votação, aprovado por 08 votos favoráveis, um contrário do vereador José Guedes e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.137/2011, que “Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas e sacos plásticos nas instituições que menciona e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda de autoria do autor da proposição, vereador Ailton Soares Amaral: “Modifique a redação do art. 2º, o qual passará a vigorar nos seguintes termos: Art. 2º. As sacolas e sacos ecológicos são aqueles ambientalmente corretos: I – Sacola biodegradável compostável – feita de amidos (milho, mandioca ou batata) ou do bagaço de cana de açúcar. Não poluente e sem resquícios de toxicidade, a sacola tem decomposição natural de 180 dias sob determinadas condições de umidade e de luz. Deve ter o selo informando que o produto atende às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); II – Sacolas retornáveis – feitas de tecidos, lonas, TNT, sisal ou plásticos com espessura mínima de 0,3 mm; III – Sacos plásticos transparentes – usados para embalar frutas e verduras nos sacolões e carne nos açougues, não citados nesta lei porque não têm finalidade de transporte; IV – Saco de lixo biodegradável – produzido com amidos ou do bagaço de cana, tem prazo de decomposição de até 180 dias e substitui os sacos de lixo convencionais à base de petróleo”. Em discussão, o vereador Renato Faria Silva



relatou que quando esta lei passou em Belo Horizonte, alguns vereadores foram acusados de beneficiar determinado setor industrial e não quer sofrer a mesma acusação. Afirmou que entende que apenas abolir a sacolinha plástica e direcionar o comércio a comprar de determinado fornecedor não é correto. Destacou que a emenda corrige a distorção, oferece ao comerciante opção de comprar sacolas ecologicamente corretas do fornecedor que escolher. Em votação, a emenda foi aprovada por 09 votos. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. Em discussão, o vereador José Guedes parabenizou o autor pela iniciativa. O Plenário dispensou o interstício para a segunda votação. Em segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 3) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.140/2001, que “Determina a instalação de limitadores de abertura em janelas de ônibus, vans e veículos de transporte coletivo escolar de crianças e adolescentes no município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. O Plenário dispensou o interstício para a segunda votação. Em segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei Substitutivo nº 1.142/2011, que “Reserva vagas em creches para crianças em idade compatível, filhas (os) de mulheres vítimas de violência doméstica, de natureza física e ou sexual”. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. O Plenário dispensou o interstício para a segunda votação. Em segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.148/2011, “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o ‘Programa de Combate ao Bullying’, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Município de Nova Lima”. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. O Plenário dispensou o interstício para a segunda votação. Em segunda votação, aprovado por 08



votos e encaminhado à sanção. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou que foi reafirmado o compromisso de votarem esta semana todos os projetos que estão parados em comissões, principalmente o projeto que institui a Secretaria de Governo onde estão inseridas as coordenadorias. O vereador Renato Faria Silva lembrou do projeto do Orçamento Participativo. O vereador Cássio Magnani Júnior esclareceu que não são todos os projetos, mas aqueles sobre os quais já conversaram. O Plenário aprovou a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2011, que “Fixa o número de vereadores para a Legislatura 2013/2016”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à promulgação. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: Do vereador Marcelino Antônio Edwirges: “O vereador Marcelino do Sindicato no uso de suas atribuições, preocupado com a saúde pública da população, requer que se encaminhe em caráter de urgência à Secretaria Municipal de Saúde que se tome as devidas providências no controle dos pombos domésticos que estão infestando o centro urbano, residências, comércios e prédios públicos localizados na Praça Bernardino de Lima e seus arredores. A fim de sanar todos os transtornos ocorridos pelo crescimento e multiplicação das aves. Os pombos são agentes ativos na transmissão de mais de vinte e seis doenças, sendo as principais: criptococose – inflamação no cérebro e meninges ocasionada por fungos; histoplasmose – alergia desencadeada por penas que contém piolhos, ácaros e pulgas; ornitose – infecção pulmonar; salmonela – infecção intestinal causada por bactérias em alimentos contaminados; psitacose – dor de cabeça, febre alta, calafrios. Além das doenças, os pombos causam outros problemas: entupimento de calhas, apodrecimento de forros de madeira, danos a monumentos



históricos, em antenas de TV e em pinturas de carros (devido à acidez das fezes)”. Em discussão, o vereador José Guedes parabenizou o vereador Marcelino, disse que os pombos são uma verdadeira desgraça em Nova Lima, como os cachorros. Pediu fosse incluído que a prefeitura também tome providências quanto aos cachorros nas ruas, várias vezes já solicitado. Relatou que próximo a casa dele é uma catástrofe, deve ter uns quinhentos pombos perturbando e sujando tudo. O vereador Marcelino Antônio Edwirges afirmou que vem sofrendo com esta situação e, ao comentar na praça, os moradores vizinhos falaram das dificuldades que enfrentam. Contou que procurou aprofundar nesta questão e, para reforçar, nesta semana teve uma matéria na televisão que expôs as doenças provocadas por pássaros. Salientou que há muita gente tratando um tipo de doença sem saber sua origem porque os sintomas são muito parecidos com, por exemplo, uma pneumonia. Ressaltou que deve haver um controle sobre essas aves, não extermínio, mas apreendê-las e soltá-las em parques onde a própria natureza se incumbem de controlar, pois à medida que vêm para o centro urbano, ficam incontroláveis e recebem a denominação de praga urbana. Alertou as pessoas que freqüentam a praça para não alimentarem os pombos porque só tende a piorar. Comunicou que quando o abaixo-assinado começou a correr na cidade, teve oportunidade de constatar que já há infestação na Chácara dos Cristais, a praga está se espalhando, assim, devem tomar as devidas medidas com urgência. Falou que o requerimento fica aberto a quem quiser assinar. Aprovado, 09 votos. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques, por motivo de força maior, pediu licença para se retirar. Do vereador Nélio Aurélio de Souza:

1) “Requer seja instado o Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Roberto Messias Franco, a informar a esta edilidade em até quinze dias a contar do recebimento



deste, sobre as obras e atividades de implantação de esgotamento sanitário no Bairro Vale do Sol”. Aprovado, 08 votos; 2) “Requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Prefeito Municipal os termos da presente indicação para que a Prefeitura Municipal faça por atender aos moradores das Ruas Alvarenga Peixoto e José de Alencar no Bairro Vila Passos, com colocação de quebra-molas e execução de uma escada que dá acesso à moradia da Sra. Marlene Rocha à Rua Alvarenga Peixoto, nº 162”. Aprovado, 08 votos.

No Grande Expediente, o vereador José Guedes registrou: “Primeira parte: Há se eu fosse o vice-prefeito Jaconias Gomes de Souza! Não aceitaria o acontecido, exigia o afastamento do Sr. Fernando Taveira, aliás, afastamento não, mas a sua demissão. Ele é o maior mandatário da Prefeitura. Não respeita ninguém, atropela tudo e a todos. O Fernando Taveira invadiu o gabinete do vice-prefeito e arrancou o seu computador, tentando descobrir documentos sigilosos, mais uma vez “o pau comeu na Prefeitura”, estão tentando esconder o escândalo como de costume. Alegam que o secretário de Jaconias, que é seu genro, estava passando informações sigilosas e comprometedoras a terceiros. O Taveira acha que ele é o dono da Prefeitura, tentou me barrar em uma reunião para a qual fui convidado pela diretoria do Sindicato. Mas eu participei da reunião quase que à força. Quero parabenizar o jornal A Notícia por ter divulgado o fato ocorrido. Me causa estranheza, o Prefeito ter que devolver mais de um milhão e quinhentos mil reais da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), ter suas contas bloqueadas e estes acontecimentos foram divulgados somente pelo jornal A Notícia; aliás o jornal A Notícia é independente, elogia e critica a situação e a oposição. Acho que a imprensa não deve tentar esconder certos fatos que acontecem em Nova Lima. A imprensa não pode ter rabo preso com ninguém. O pau que dá em João dá em Maria,



somente agindo assim terá credibilidade dos leitores. Tem certas pessoas que se acham donos da Prefeitura, mas não são; a Prefeitura é do Povo! Observação: as pessoas que mais criticaram a ditadura, constantemente cometem atos piores, praticados pelos antigos ditadores. Sempre acontece na Prefeitura ações piores daqueles tempos malditos. O que Nova Lima fez com Nova Lima. Segunda parte: É um absurdo quando um vereador está fiscalizando e legislando, procurando agir no seu dever, vem o empreiteiro José Aguinaldo ingressar na justiça contra este vereador. Quando eu digo que em Nova Lima o errado é que é o certo, a cada dia que passa fico mais convicto disto. As coisas em Nova Lima estão invertidas. Veja o empreiteiro José Aguinaldo, que ingressou na justiça tentando me processar, mas a juíza Dra. Ana Cristina Viegas Lopes nem sequer me ouviu, negou a suposta ação contra este vereador. José Aguinaldo, estou cumprindo minha função de vereador, que é fiscalizar e legislar. Você e algumas pessoas da Prefeitura tentam me calar a todo momento, mas não ficarei calado, sou filho desta cidade a qual eu amo, pois é uma cidade boa, mas existem uma meia dúzia de três ou quatro que quando morrerem seus corpos não servirão nem pra fazer sabão, e ficam o tempo todo tentando me calar e me intimidar. Até o último dia do meu mandato, investigarei tudo e todos, sabe por quê? Fui eleito para isso, não tenho rabo preso com ninguém, pago meus impostos, tudo que adquiri, e que não é muita coisa, foi conquistado com meu suor. Portanto, não devo nada a ninguém, a não ser aos meus eleitores que votaram em mim. A justiça irá com certeza puni-lo pelo preço exorbitante da Praça do SENAI e das obras das escolas (caso Engefor), e tenho informações que muitas obras foram executadas sem licitação. Pergunto: Por qual motivo a Empreiteira do José Aguinaldo construiu a maioria das escolas, praças e outras obras? Observação:



Há um tempo atrás, dei entrada na Câmara Municipal, solicitando a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Veja o absurdo, os partidos da base do prefeito, juntamente com um empreiteiro ingressaram na justiça, pedindo minha cassação; o processo foi julgado em Nova Lima, eles perderam de 6 a 0 porque o vereador está certo. Não contentaram e entraram com um novo processo contra mim no TER em Belo Horizonte, novamente outra vitória do vereador de 6 a 0. Comentário da Relatora do Processo TER: “Em Nova Lima é muito estranho, o vereador não pode requerer CPI (comissão parlamentar de inquérito)”. Tentam me calar de qualquer maneira, em Nova Lima o errado é que é o certo! Para finalizar, no caso da Engefor (construção das escolas), o empreiteiro José Aguinaldo e mais três pessoas foram indiciadas no processo julgado em Belo Horizonte por quatro promotores. Será que os promotores estão errados? Quero saber o motivo que o Zé Aguinaldo não está colocando os preços das obras nas placas indicativas. Será que ele está com receio, está com medo, preço exorbitante? Só para ter um parâmetro, a escola próximo ao Caic custou um milhão e duzentos mil reais, eu tenho informações corretas de que o Ministério Público custou um milhão, duzentos e pouco. Compare a obra da escola com a obra feita no Ministério Público. A obra do Ministério Público é muito maior, melhor acabada; a escola, infelizmente, telhado de amianto, em tempo de calor vai assar as crianças. Para minha surpresa, fui comunicado de que foram colocados dois postes na Praça do Senai para barrar a passagem de caminhões ou caminhonetes maiores. Eu chamei atenção sobre o calçamento daquela praça há muito tempo. Em minha opinião, aquela obra quando foi refeito o seu piso na segunda etapa, deveria ter retirado um metro e meio a dois daquele material podre e feito a compactação com minério. Eu



garanto que nas próximas chuvas mesmo passando os carros mais leves, aquele piso vai voltar a dar o famoso borrachudo, vai estufar e acabar com tudo. Obrigado”. Também no Grande Expediente, o vereador Luciano Vitor Gomes registrou sua tristeza ao ver na primeira página do Estado de Minas: “Câmara Federal. Estratégia para driblar Ficha Limpa. Projeto de lei na Câmara dos deputados permite que políticos flagrados em situação irregular por tribunais de contas e assembleias se candidatem enquanto não houver punição no Judiciário”. Disse que isso é um golpe para a sociedade e a Câmara Federal está na contramão. Lembrou que na semana passada, teve o orgulho de citar algumas ações da Câmara de Nova Lima no sentido de atender o que a sociedade espera do legislador, citou o voto aberto, legislativo enxuto, Projeto Ficha Limpa Municipal e, hoje, recebe esta notícia com muita tristeza. Afirmou que cada vereador deve procurar o seu deputado e, junto com os partidos e o público presente, fazer um movimento para não deixar isso acontecer. Relatou que o projeto foi proposto pelo deputado do PTB de Pernambuco, Sílvio Costa. Proferiu leitura: “De acordo com o texto, o julgamento de contas de gestores pelos tribunais de contas e pelas casas legislativas só terá efeito eleitoral depois da confirmação da decisão do tribunal de justiça... A reação imediata vem do sindicato dos servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, eles estão recolhendo assinaturas via internet para tentar vetar a aprovação deste projeto. A segunda vice-presidente do sindicato, Lucieni Pereira, disse que se a proposta for aprovada, a entidade vai recorrer ao Supremo Tribunal”. Contou que de acordo com a segunda vice-presidente, os tribunais de contas deixarão de exercer função sobre os gestores. Indagou qual será função dos tribunais de contas se a rejeição e a orientação deles de nada vai valer, uma vez que tomada uma decisão pelos tribunais



e legislativos, ainda terá que ser julgada. Salientou que é um retrocesso, manifestou sua indignação e tristeza, pois o projeto ficha limpa é de iniciativa popular em âmbito federal; destacou que isso respinga em todo legislativo do Brasil. Informou que o projeto entrou agora na Câmara Federal, está na Comissão de Legislação e Justiça; considera que cada vereador deve se mobilizar para que não vá para frente porque refletirá em todos os outros projetos ficha limpa municipais e estaduais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____